



Como reavivar o apagamento literário na educação de jovens e adultos a partir de clubes de leitura? Experiências em um projeto de extensão

*Gabriele Fernandes da Silva Gomes, Giulia Silva Cardoso, Rayssa Rocha Santos,
Andréia Regina Silva Cabral Libório*

Resumo

O presente artigo trata-se de uma análise do Projeto de Extensão realizado no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo central consiste refletir acerca da importância de se propor ações por meio temas e assuntos pertinentes a vida dos alunos na EJA. Ao se observar a dificuldade dos alunos desta modalidade de ensino em manter o contato com a literatura e desenvolver o hábito da leitura, percebeu-se a importância de criar um espaço em que pudessem se sentir valorizados e estimulados a explorar o universo literário. Foi nesse contexto que nasceu o Clube de Leitura, uma iniciativa realizada em um Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), em Registro/São Paulo, visando reacender o interesse dos estudantes pela literatura e combater o apagamento literário que muitos enfrentam devido às lacunas educacionais ao longo da vida. Durante os encontros, que ocorreram semanalmente, foram selecionadas obras que dialogassem com a realidade dos alunos, permitindo que compartilhassem experiências e interpretassem os textos com autonomia. A cada sessão, novos leitores se sentiam motivados a expressar suas percepções sobre os livros lidos, criando um ambiente de troca de conhecimento, fortalecimento da identidade literária e inclusão social. Os resultados foram visíveis: muitos alunos que, inicialmente, se mostravam distantes da leitura começaram a participar ativamente, sugerindo livros, discutindo temas e até produzindo textos próprios inspirados nas obras lidas. A experiência demonstrou que os clubes de leitura na EJA são uma ferramenta poderosa para reconstruir a relação dos estudantes com

a literatura, tornando o aprendizado mais significativo e promovendo uma educação transformadora.

Palavras-Chave: EJA; Educação; Clube de Leitura.

Abstract

When we observed the difficulty that EJA (Youth and Adult Education) students had in maintaining contact with literature and developing the habit of reading, we realized the importance of creating a space where they could feel valued and encouraged to explore the literary universe. It was in this context that the Reading Club was born, an initiative carried out at the CEEJA Ricardo José Poci Mendes school in Registro/São Paulo, aiming to rekindle students' interest in literature and combat the literary erasure that many face due to educational gaps throughout their lives. During the meetings, which took place weekly, we selected works that spoke to the students' reality, allowing them to share experiences and interpret the texts independently. At each session, new readers felt motivated to express their perceptions about the books they read, creating an environment for exchanging knowledge, strengthening literary identity and social inclusion. The results were clear: many students who initially seemed distant from reading began to participate actively, suggesting books, discussing topics and even producing their own texts inspired by the works they read. Experience has shown that reading clubs in EJA are a powerful tool for rebuilding students' relationship with literature, making learning more meaningful and promoting transformative education.

Keywords: EJA; Education; Reading Club.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma possibilidade de resgate social de indivíduos, que por vezes foram excluídos ou impossibilitados de participar ativamente da sociedade, permitindo que esses tenham mais oportunidades e entendimento sobre seus direitos assegurados por leis. Entende-se que, voltar a estudar na fase adulta requer grande determinação, uma vez que, há inúmeros desafios principalmente pertinentes ao contexto pessoal de cada discente.

Cada indivíduo tem suas particularidades no processo de aprendizagem, contudo, entende-se que cabe aos docentes determinar parâmetros e meios para obter êxito em suas práticas, respeitando a valorização das diferenças, pluralidade e a diversidade cultural, tendo em vista que, uma educação

que compreende a subjetividade de cada indivíduo é de suma importância para formação dos alunos. Contudo, de acordo com Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 58):

Trata-se, de fato, de um campo pedagógico fronteiro, que bem poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica. Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica.

Sendo assim, faz-se mister a construção de um trabalho, o qual por meio das literaturas permita refletir empaticamente e criticamente, sobre temas como narrativas e práticas indígenas, desigualdade social, negritude, entre outros. A fim de contribuir para a formação do sujeito leitor, de forma que possa identificar-se no texto ou nas suas leituras plurais, bem como, fazer da leitura uma estratégia eficaz no processo de ensino aprendizagem.

Dessarte, o objetivo desse artigo é refletir acerca da importância de se propor ações por meio de temas e assuntos pertinentes a vida dos alunos na EJA, apresentando narrativas literárias relevantes e de qualidade, ampliando a experiência literária e estabelecendo relações entre a vida cotidiana do jovem presente na EJA e os textos trabalhados.

Para discorrer o objetivo, iremos relatar a experiência do projeto de extensão “Oficinas: Educação de Jovens e Adultos”, desenvolvido no Instituto Federal de São Paulo - *Campus* Registro, em parceria com a CEEJA, localizada no município de Registro/SP.

1 A EJA enquanto uma modalidade de ensino da educação básica

O analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil permanece como um desafio persistente, resultado de causas históricas profundas e da continuidade de problemas estruturais ainda não superados. (Haddad e Siqueira, 2015, p. 88). Na década de 40, inicia um debate sobre a importância da alfabetização de jovens e adultos, pois com o início da democratização no Brasil (inserção do Estado Novo) houve a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola conforme aludem Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 59):

Além de iniciativas nos níveis estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

Apesar das iniciativas de 1947, não houve práticas metodológicas eficientes para a alfabetização de adultos. Foi a partir dos anos 60, com o educador brasileiro Paulo Freire, que a realidade da educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional essencial para garantir o direito à educação àqueles que não puderam concluir seus estudos na idade regular. No entanto, muitos desses alunos enfrentam o apagamento literário, caracterizado pela falta de contato significativo com textos e práticas de leitura. Para reverter essa realidade, os clubes de leitura surgem como uma estratégia poderosa para estimular o prazer da leitura e promover a autonomia dos estudantes.

Paulo Freire (1963), um dos maiores educadores brasileiros, defendia a leitura como um ato de libertação e conscientização. Sua experiência das 40 Horas de Angicos, realizada em 1963, demonstrou que a alfabetização pode ser rápida e eficaz quando baseada na realidade dos educandos. O projeto alfabetizou cerca de 300 trabalhadores rurais em apenas 40 horas, utilizando palavras e conceitos do cotidiano dos alunos para facilitar o aprendizado. Essa abordagem rompeu com o modelo tradicional de ensino e reforçou a importância da educação crítica e participativa.

Em contraponto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, buscou ampliar o acesso à alfabetização de adultos em todo o país. Embora tenha sido um programa de grande alcance, o MOBRAL enfrentou desafios relacionados à sua metodologia e à falta de um enfoque crítico na formação dos alunos.

O problema histórico de instituir a Educação de Jovens e Adultos, só é amparado legalmente aqui no Brasil, no ano de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No capítulo II, seção V, desta lei, consta apenas que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 1996, s. p).

Sendo assim, evidencia-se que o estado “oferta a educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996, s.p). Porém, nota-se um certo descaso referente a essa modalidade de ensino, à medida que a LDB pouco discorre sobre a EJA.

As políticas educacionais brasileiras, historicamente contribuem para a exclusão desta parcela da população pois:

[...] não favoreceram que alunos das classes trabalhadoras realizassem um percurso educacional capaz de garantir o direito à conclusão da educação básica com formação integral. Ao contrário, a história de nossa formação social traz as marcas do passado colonial e escravocrata, da configuração de um capitalismo tardio e subalterno, de uma burguesia aferrada à prática de ações patrimonialistas sobre o Estado, privatizando o público a serviço dos interesses das elites políticas e econômicas. Assim, ao longo dos anos, a desigualdade e a exclusão social foram se ampliando no Brasil, resultando daí grande contingente da população que vive em situação de pobreza, que não concluiu a trajetória escolar e nem possui formação profissional qualificada (Shiroma; Lima Filho, 2011, p. 727-728).

É necessário ainda, compreender a educação emancipadora, que compreenda os contextos dos/as educandos/as, consoante Freire (2002, p. 30) ao reportar a importância de:

[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das pessoas. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

Neste sentido, torna-se crucial o desenvolvimento de ações pautadas na Educação de Jovens e Adultos, com vistas a contribuir para a diminuição do analfabetismo funcional, por meio da alfabetização e letramento dos jovens e adultos. A alfabetização de jovens e adultos é necessária para garantir o direito à educação desse grupo que nunca frequentou a escola ou não concluiu a educação básica. Para Freire (2002, p. 25), um dos precursores da Educação de Jovens e Adultos no Brasil afirma que: "Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de um objeto, um do outro".

O referido autor evidenciava uma educação pautada no contexto, na qual faz-se necessário na educação uma prática da liberdade; quanto mais se problematizam os educandos como seres no mundo, mais se sentirão desafiados e responderão de forma positiva, ao contrário de uma educação bancária, domesticadora, que apenas 'deposita' os conteúdos nos alunos. Deste modo destaca-se a importância da valorização dos diferentes saberes uma vez que, "[...] não há saber mais ou menos; há saberes diferentes" (Freire, 1987, p. 49).

Cabe salientar que embora em termos de legislação, publicou-se a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, ainda há muitas lacunas e desafios a serem superados nesta modalidade de ensino.

Portanto, ao investir na alfabetização e no letramento de jovens e adultos, promove-se a equidade educacional, assegurando o direito à educação e fomentando o protagonismo dos estudantes no meio acadêmico e social. Essa prática fortalece não apenas a inclusão no ambiente escolar, mas também a autonomia intelectual, garantindo que a educação cumpra seu papel na transformação social e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2 Projeto oficinas: educação de jovens e adultos

O projeto de extensão denominado como "Clube do Livro", foi uma iniciativa desenvolvida por uma professora e graduandas do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - *Campus* Registro, sendo elas, Gabriele Fernandes da

Silva Gomes, Giulia Silva Cardoso e Rayssa Rocha Santos, sob supervisão da Prof^a. Dr^a Andreia Regina Silva Cabral Libório. Todas as atribuições do projeto foram realizadas nas dependências do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos- CEEJA, em Registro/SP.

Os primórdios das atividades ocorreram no início do mês de setembro e findaram no mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, totalizando quatro meses de atuação, nas quais, especificamente ocorreram em encontros semanais todas às quintas-feiras com duração de duas ou três horas diárias no período vespertino. O "Clube do Livro" teve como objetivo principal promover junto à comunidade a leitura crítica e o desenvolvimento da oralidade entre os estudantes do CEEJA, incentivar o hábito da leitura, rodas de conversa, dinâmicas de grupo e debates sobre obras literárias previamente selecionadas. O projeto também propôs fortalecer a integração entre os alunos e ampliar os conhecimentos e repertório cultural dos participantes, abordando temáticas essenciais, como narrativas e práticas indígenas, desigualdade social e negritude. Consequentemente proporcionando um espaço de aprendizado diversificado e participativo, bem como, contribuindo com a formação cidadã e crítica dos estudantes e o incentivando respeito às pluralidades.

Por se tratar de um grupo de estudantes heterogêneos, houve a necessidade de uma sensibilidade pedagógica na elaboração e condução das aulas nesse espaço, os encontros atendiam alunos de diferentes faixas etárias, histórias de vida e necessidades de aprendizagem, o que exigiu um planejamento flexível e adaptado às múltiplas subjetividades presentes. Ao considerar que em uma sala de aula, “não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, é preciso que se liguem, de forma indissociável, à sua significação humana e social” conforme enfatiza Libâneo (2005, p. 39), foram empregadas diversas metodologias, que promoveram experiências que possibilitou aos estudantes refletirem sobre sua realidade e ampliar sua visão de mundo. Tais estratégias propõem não apenas atender às necessidades educacionais específicas de cada discente, mas também, despertar o interesse e a motivação pela busca contínua do conhecimento, estimulando o protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem.

Ademais, o projeto proporcionou às graduandas de Licenciatura envolvidas uma vivência prática fundamental para sua formação docente, permitindo o contato direto com metodologias de ensino voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Essa experiência possibilitou o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais, tais como o planejamento, a mediação, a importância da flexibilidade didática e da escuta ativa no processo de ensino-aprendizagem, e a avaliação de atividades educativas, aspectos indispensáveis para a atuação profissional futura. Dado que, tal ambiente educacional possui especificidades próprias variando desde a heterogeneidade dos sujeitos, a valorização dos saberes prévios, e a necessidade de estabelecer uma relação dialógica e

respeitosa com os educandos, a atuação do professor deve notar o aluno em sua variação “[...] enquanto indivíduo que possui uma historicidade, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios” (Dayrell, 2001, p. 140).

Tendo isso em vista, foram elaborados também um “passaporte”, na qual os alunos ganharam um selo sempre que conseguiam participar do clube do livro. Além de tentar manter uma constância dos alunos, queríamos que eles se sentissem animados ao sempre frequentar. Por isso, a cada quatro selos conquistados, eles conseguiram eliminar uma prova de qualquer disciplina.

Ao oferecer aos alunos um incentivo lúdico e motivador, como o “passaporte”, fortaleceu-se o engajamento e a valorização da leitura no ambiente escolar. A estratégia não apenas estimulou a participação, mas também contribuiu para a construção de uma cultura de apreço pelo conhecimento e pela troca de ideias. Dessa maneira, a aprendizagem ultrapassou os limites da sala de aula, tornando-se uma experiência envolvente e gratificante, capaz de impactar positivamente o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

2.1 Atividades desenvolvidas no CEEJA

No âmbito do CEEJA, foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de estimular o aprendizado, promover a interação entre os estudantes e valorizar a troca de experiências. Entre as ações realizadas, destacaram-se rodas de leitura, oficinas culinárias, debates sobre temas sociais relevantes, workshop, oficinas pedagógicas, dinâmicas de grupo, sempre considerando as especificidades e necessidades dos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Todas as atividades eram articuladas com o componente curricular de Língua Portuguesa, definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sob a perspectiva de eixos estruturantes que organizam a aprendizagem e o desenvolvimento em diferentes etapas da educação, sendo assim:

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. (Brasil, 2017, p.71).

Consequentemente, as ações de leituras realizadas no âmbito da EJA eram embasadas neste viés curricular. Dentre as atividades realizadas, destaca-se a que foi desenvolvida no primeiro dia de atuação do projeto, momento em que a realidade dos estudantes da instituição ainda era desconhecida pelas graduandas. Nesse sentido, foi realizada uma apresentação dos participantes, com o objetivo de promover a integração e estabelecer um ambiente acolhedor e propício ao diálogo. Em seguida, procedeu-se à introdução do tema escolhido para aquela semana: alimentação saudável. Tal decisão ocorreu devido a escolha pedagógica, e também considerando o fato da temática educação alimentar e nutricional ser de caráter obrigatório e deve ser incluída e integrada ao currículo entre os temas transversais e de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2018).

Durante a atividade, ressaltou-se junto aos alunos a importância de manter uma alimentação equilibrada para assegurar uma boa saúde e qualidade de vida, em concordância com o Guia Alimentar para a População Brasileira:

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2014, p. 9).

Utilizou-se um referencial literário, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema, uma obra que aborda receitas de diferentes grupos alimentares, na qual, foram selecionadas e impressas algumas dessas alternativas para propor leituras e discussões aos alunos. Como parte da abordagem, também foram compartilhadas informações sobre o Dia Nacional do Nutricionista, que havia sido celebrado recentemente, e o que permitiu contextualizar a importância social e profissional dessa profissão, e ainda, ressaltar o papel fundamental do profissional no processo de auxiliar nas orientações e cuidados na promoção de hábitos alimentares saudáveis.

A escolha dessa temática buscou não apenas sensibilizar os estudantes sobre a relevância dos cuidados com a saúde, mas também fomentar o interesse pela valorização das profissões da área da saúde e ampliar o repertório informativo dos educandos. Posteriormente, foi proposto aos alunos a realização de uma pequena oficina culinária, sendo criados brigadeiros saudáveis, tendo como base a banana, fruta comum na região e no cotidiano deles. A escolha desse ingrediente visou, além de

valorizar os produtos locais, demonstrar como é possível adaptar receitas tradicionais para versões mais nutritivas e equilibradas

Em sala de aula, os discentes seguiram a receita, colaboraram entre si na preparação e, ao final, puderam degustar suas próprias criações, vivenciando um momento significativo e marcante. Essa atividade prática foi especialmente importante, pois permitiu que os alunos colocassem em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, integrando leitura, interpretação de textos, trabalho em grupo e habilidades culinárias, tudo sob a mediação e orientação das graduandas. Observou-se que, a partir dessa vivência, que os alunos demonstraram maior interesse e engajamento nas aulas e no projeto como um todo, evidenciando a eficácia das metodologias ativas e participativas na promoção de aprendizagens significativas e no fortalecimento do vínculo entre os educandos e o processo educativo.

No contexto de práticas pedagógicas que valorizam a cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais, assim como preconiza a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Brasil, 2003). Foram realizadas diversas atividades ao longo de um mês referente ao tema, e essa iniciativa possibilitou a utilização de diversas metodologias, narrativas com enfoque na representatividade seja nas histórias ou autorias, e proporcionando também um período maior para debates aprofundados com os alunos.

Vale salientar diante tantas práticas exitosas, o *workshop* executado em um dia atípico, dado que, essa atividade contou com a participação de professores palestrantes de outra instituição reforçando a importância da valorização da cultura afro-brasileira e das relações étnico-raciais partindo das histórias e raízes de resistência, sucedeu as oficinas para confecção de máscaras e *abayomi* de origem africanas, ocorreu apresentações de relatos de experiências de alunas da graduação que concluíram o ensino na EJA e atualmente encontra-se em cursos superiores, para estimular outros discentes a focar na educação e demonstrar que pode ser possível.

O evento organizado pelas graduandas contou também com a participação da supervisora, Prof^a. Dr^a Andréia Regina Silva Cabral Libório, que naquele momento apresentou-se como uma das escritoras da obra "Memória e história do Quilombo Peropava, narrativa que retrata a história do Quilombo da região do Vale do Ribeira e busca contribuir para uma educação antirracista, para o reconhecimento e o respeito à diversidade étnico-cultural que constitui a sociedade brasileira.

A obra aborda diversos aspectos da cultura e da tradição quilombola, incluindo a história, memória e identidade da comunidade, além de práticas como a roça tradicional "coivara", a produção de farinha de mandioca e a culinária típica. Também são exploradas as ervas medicinais, plantas

ornamentais e mudas nativas, que fazem parte do conhecimento ancestral dos moradores. O livro *Memória e história do quilombo Peropava* discorre que:

O nome peropava origina-se de um rio que banha o município de Iguape - “Peropava”, esse nome foi dado pelos povos indígenas que ali habitavam, do tupi iperupaba, “Lagoa de tubarões” (IPERU=TUBARÃO E UPABA=LAGOA). “Antigamente, papai arrumava o covo no rio peropava para pear peixe para nos criar. Deixava o peixe secando no “tupe” e passava na brasa do fogo, para nós sobreviver” - Conta o mestre senhor José (Cabral Libório, et al., 2022, p. 12).

Desse modo, essa obra possibilita uma abordagem ampla e sensível de temas relacionados às culturas afro-brasileiras e quilombola, ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento e a valorização das expressões culturais locais. Ao evidenciar a riqueza e a diversidade dos saberes tradicionais, o livro torna visível a multiplicidade de práticas, costumes e conhecimentos que compõem o cotidiano dos habitantes do Vale do Ribeira, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade cultural na região.

Link do Drive para fotos:
https://drive.google.com/drive/folders/1ahZY8syTJboTi_s4VXF5rX2W8SsuXWQD

2.2 Resultados e discussões

Considerando que um dos principais objetivos do projeto consistia em alcançar o maior número possível de pessoas, promovendo o acesso à leitura e incentivando a formação de hábitos leitores, observou-se, ao longo de sua execução, um aumento progressivo na participação e adesão dos alunos. Esse crescimento evidenciou não apenas o interesse dos educandos pelas atividades propostas, mas também a eficácia das estratégias utilizadas para aproximá-los do universo literário, respeitando suas trajetórias, interesses e ritmos de aprendizagem. A realização de rodas de leitura, momentos de contação de histórias e debates sobre as obras lidas favoreceu a construção de um espaço acolhedor e estimulante, no qual os participantes puderam desenvolver o gosto pela leitura de forma espontânea e significativa.

Além disso, a adesão crescente revelou a importância do projeto como ferramenta para a promoção da cidadania, do pensamento crítico e do fortalecimento de vínculos entre a escola e seus integrantes, consolidando a leitura como uma estratégia fundamental na prática cotidiana no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir dos conhecimentos e relatos

apresentados pelos alunos participantes após a realização do projeto, foi possível observar avanços significativos em diversos aspectos do processo de aprendizagem.

Destacou-se melhoras expressivas na fluência leitora, com maior segurança, desenvoltura e autonomia na leitura de diferentes tipos de textos, notou-se um crescente encantamento e interesse por outros gêneros textuais que, anteriormente, despertavam pouca ou nenhuma atenção, como poemas, contos e textos informativos, ampliando assim o repertório literário e cultural dos educandos. Em casos específicos, o projeto também desempenhou um papel fundamental no apoio ao processo de alfabetização, contribuindo diretamente para o desenvolvimento das habilidades de decodificação, compreensão e produção textual.

Todos esses avanços não se limitaram ao domínio técnico da leitura e escrita, mas também promoveu um fortalecimento da autoestima e da confiança dos alunos em relação às suas capacidades, favorecendo sua participação ativa e crítica nas práticas escolares e sociais. Dessa forma, os resultados alcançados evidenciam a importância de projetos que articulem a mediação de leitura com estratégias pedagógicas intencionais e acolhedoras, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde as trajetórias escolares muitas vezes são marcadas por interrupções e desafios diversos.

Considerações finais

Foi possível evidenciar que o projeto contribuiu significativamente para a nossa formação docente enquanto graduandas envolvidas nesse trabalho, proporcionando uma oportunidade ímpar de aplicar, de maneira prática e contextualizada, os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Por meio das atividades desenvolvidas, todas as participantes conseguiram aprimorar competências essenciais à prática pedagógica, como o planejamento de aulas, trabalho em equipe, a elaboração de materiais didáticos adequados ao perfil dos estudantes, bem como estratégias de mediação de leitura e incentivo ao protagonismo dos educandos. Além disso, esse projeto fortaleceu habilidades relacionadas à escuta ativa, à condução de rodas de conversa e à promoção de debates significativos, favorecendo a construção de um ambiente acolhedor, crítico e reflexivo, fundamental no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Conclui-se, portanto, que, ao vivenciar alguns dos desafios, potencialidades, especificidades e as adversidades inerentes ao ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), possibilitou-se não apenas um crescimento profissional, mas também um profundo amadurecimento pessoal. A experiência proporcionou para nós participantes a oportunidade de refletir criticamente sobre nossa

prática pedagógica, ampliando a sensibilidade, empatia e capacidade de adaptação diante de contextos marcados por heterogeneidade cultural, social e etária. Não há como permanecer indiferente após ouvir e acompanhar tantas histórias de vida marcantes e inspiradoras, que revelam trajetórias de superação, resistência e desejo de transformação. O contato direto com esses sujeitos e suas narrativas promoveu um aprendizado que transcende os conteúdos escolares, fortalecendo valores humanos e rompendo com a visão tradicional da escola, uma vez que, amplia a compreensão sobre o papel social do educador visto não apenas como um transmissor de conhecimento, mas como um mediador de saberes e um agente de transformação social dentro e fora dos muros da escola.

Referências

ARAÚJO, J. C. S. Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações**. Campinas: Papirus, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL, CNE/CEB. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 30 maio. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 maio. 2018. Seção 1, p.1.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2018. Disponível em: Planalto.

BRASIL. Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. **Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12166.htm>. Acesso em: 20 maio. 2025.

CABRAL LIBÓRIO, A. R. S.; FELDMANN, M. G.; CABRAL, P. R. S.; LIBÓRIO, R. G. C. **Memória e história do Quilombo Peropava**. 1. ed. Vassouras, RJ: Historinhas para Contar, 2022.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. Em: Dayrell, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos CEDES, v. 21, n. 55, p. 58–77, nov. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALDINO, A. C. S. S. **Projeto de intervenção literatura e juventude na EJA**. Monografia. Repositório UFMG, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/32813>>. Acesso em: 18 mai. 2025.

GOMES, M. M. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 17, 9 mai. 2023. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessa-modalidade>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

HADDAD, S.; SIQUEIRA, F. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 2, p. 88-110, jul-dez. 2015. Disponível em:

<<https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/81/64>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

IBGE. 9,3 milhões de brasileiros ainda são analfabetos, a grande maioria com mais de 40 anos. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/22/ibge-93-milhoes-de-brasileiros-ainda-sao-analfabetos-a-grande-maioria-com-mais-de-40-anos.ghtml>>. Acesso em: 5 maio. 2025.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. (Coleção Educar).

MARCHESONI, L.; GIORGI, C. A. G. Di; SHIMAZAKI, E. M. A contribuição da teoria freireana para a educação de jovens e adultos. **Rev. Ciência. Tecnol.**, Bogotá, n. 52, p. 11-26, dez. 2022. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-38142022000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SÉRGIO, H.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108–130, mai. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SHIROMA, E. O.; LIMA FILHO, D. L. Trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica e no PROEJA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, 2011.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

TV ALESE. **Documentário: As 40 horas de Angicos**. Youtube. 21 set 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HWAQDUXqbfI>. Acesso em: 20 mai 2025.

Autor(as):

Gabriele Fernandes da Silva Gomes

Cursando licenciatura plena em Pedagogia no IFSP - Campus Registro.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9828924297829384>

Giulia Silva Cardoso

Cursando licenciatura plena em Pedagogia no IFSP - Campus Registro. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1031523864471238>

Rayssa Rocha Santos

Cursando licenciatura plena em Pedagogia no IFSP - Campus Registro.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2081298610989825>

Profª Drª Andréia Regina Silva Cabral Libório

Possui graduação em PEDAGOGIA pela FACULDADE ESTÁCIO COTIA (2011). Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico (Inspeção, orientação e Supervisão Escolar) pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missionária-FETREMIS/ RS (2015). Mestre em Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de São Paulo- Campus São Paulo. Atuou como Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- Campus Registro de (outubro de 2014 a nov. 2022), Em Projeto Institucional na Diretoria de Educação Básica (DEB) da Pró-Reitoria de Ensino de (abr. de 2017 a dez de 2018) e na Diretoria de Ações Comunitária e Equidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Atualmente é Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) da Área: Educação/Pedagogia - Lecionando no Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSP - Campus Registro. integrante do do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (NEABI- IFSP) desde 2015 - Portaria n.2956, de 21 de agosto de 2015. Em 2018 atuou como Vice -Coordenadora (NEABI) IFSP. Tem experiência na área de Educação: Atuação como Professora na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (1 ao 5 ano das séries iniciais), Coordenação e Gestão Educacional (Educação Infantil e Ensino Técnico). Áreas afins: Gestão Educacional; Avaliação do processo de ensino e aprendizagem; Formação continuada de professores e Educação Escolar Quilombola, Educação das Relações Étnico- Raciais, Etnomatemática. Participa do Grupo de Pesquisa de Estudos Afro-brasileiros e indígenas GPEABI do IFSP (CNPq) sob a liderança do Prof. Doutor Leonardo Borges da Cruz. Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participa do Grupo de pesquisa (CNPq) : Formação de Professores e Cotidiano Escolar sob a liderança da Profa. Doutora Marina Graziela Feldmann e do Grupo de Estudos em Educação Quilombola Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) sob a liderança do prof. Dr. Cleber Santos Vieira. Suplente do Conselho de Políticas

*de Promoção da Igualdade Racial (CPPIR) Registro/SP desde 2023. Coordena projetos culturais voltados para a valorização da diversidade e cultura quilombola. Link para acesso aos documentos relacionados à temática Neabi IFSP entre outras - <https://drive.google.com/drive/folders/1abdxScqVgS4MqUR2ohkJ-77XYF9AO6n?usp=sharing>.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9955006282999951>*